



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

João Pessoa/PB, 31/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
Quadro 02 – Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade.....	114
Quadro 03 – Dados do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	15
Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679	16
Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720	17
Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726	19
Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572	20
Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	201
Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8979	202
Quadro 10 - Dados do Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	23
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375	23
Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	24
Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000	24
Quadro 14 – Despesa por Modalidade de Contratação	26
Quadro 15 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	27
Quadro 16 – Evolução de Gastos Gerais	28
Quadro 17 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	29
Quadro 18 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	31
Quadro 19 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade	33
Quadro 20 – Operações Realizadas	33
Quadro 21 – Índices de Procedimentos Administrativos Disciplinares	34
Quadro 22 – Laudos Emitidos.....	35
Quadro 23 – Informações Técnicas Emitidas.....	36
Quadro 24 – Laudos Papiloscópicos Emitidos	37
Quadro 25 – Informações Técnicas Emitidas.....	37

Quadro 26 – Retratos Falados Emitidos	37
Quadro 27 – Inclusão no SINIC	38
Quadro 28 – Índices de Controle de Procedimento de Polícia Judiciária.....	39
Quadro 29 – Índices de Controle de Mandados de Prisão Cumpridos	39
Quadro 30 – Controle de Armas e Apreensões	40
Quadro 31 – Armas Novas e Portes de Armas	40
Quadro 32 – Expedição de Passaportes e Carteiras de Estrangeiros	41
Quadro 33 – Controle Migratório.....	41
Quadro 34 – Segurança Privada	42
Quadro 35 – Inquéritos Instaurados de Crimes contra o Patrimônio, Fazenda e Previdência.....	43
Quadro 36 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	44
Quadro 37 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	44
Quadro 38 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	47
Quadro 39 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....	53
Quadro 40 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	54
Quadro 41 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos	56
Quadro 42 - Quantitativo dos Servidores	60
Quadro 43 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	61

Sumário

Introdução.....	8
1 – Informações Gerais de Identificação	11
2 – Objetivos e Metas	12
2.1 – Responsabilidades Institucionais	12
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	13
2.2 – Estratégia de Atuação	13
2.3 - Gestão orçamentária e financeira	14
2.3.1 – Programas/Ações	15
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade	15
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos.....	16
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	17
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	19
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	20
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	21
2.3.1.2.1 – Ação 8979 – Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	22
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	23
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	23
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	24
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade	24
2.4 – Desempenho Operacional.....	26
2.4.1 – Evolução das despesas	26
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	26
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	27
2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	30
2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	31

2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	33
2.4.1.7 – Principais Operações Desencadeadas em 2009 no estado da Paraíba	33
2.4.2 – Indicadores de desempenho	34
2.4.2.1 – Índices de Procedimentos Administrativos Disciplinares.....	34
2.4.2.2 – Índices de Controle da Área de Perícia e Identificação Criminal	35
2.4.2.2.1 – SETEC	34
2.4.2.3 – NID	37
2.4.2.3.1 – Laudos Papiloscópicos Emitidos	37
2.4.2.4 – Índices de Controle de Procedimentos de Polícia Judiciária	39
2.4.2.5 – Índices de Controle de Mandados de Prisão Cumpridos	39
2.4.2.6 – Índices do Sistema Nacional de Armas - SINARM.....	40
2.4.2.7 – Índices de Controle Migratório e Expedição de Documentos	41
2.4.2.8 – Índices de Controle de Segurança Privada.....	42
2.4.2.9 – Índices de Inquéritos Instaurados de Crimes Contra o Patrimônio, Fazendários e Contra a Previdência	43
3 - Recursos Humanos.....	44
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	46
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009.....	47
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	48
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	49
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	50
9 – Renúncia Tributária.....	51
10 – Operações de Fundo	52
11 – Determinações dos Órgãos de Controle	53
11.1 – Recomendações da CGU	53
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	54
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009	55
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios	56
14 – Outras Considerações	57
14.1 – Projetos em Andamento.....	57
14.2 – Atos voltados à Gestão Participativa	57
14.3 – Diretrizes da SR/DPF/PB	57
14.4 – Deficiência de Pessoal.....	60

15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada61



Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no estado da Paraíba está estruturada em (três) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por 02 (duas) Delegacias de Polícia Federal: uma na cidade de Campina Grande e a outra em Patos.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, 11 (onze) Delegacias Especializadas (Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Controle de Segurança Privada e Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas e Delegacia de Repressão ao Tráfico a Entorpecentes, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), 02 (dois) Núcleos, um de Disciplina e outro de Correições, **subordinados a Corregedoria Regional**, além dos Núcleos de Inteligência Policial e de Tecnologia da Informação e três (03) Setores (Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e o Setor de Administração e Logística Policial, este último possui dois Núcleos subordinados, quais sejam: o Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira e o Núcleo Administrativo).

A Paraíba se encontra localizada no leste da região Nordeste. Com uma área de 56.584,6 Km², o Estado se caracteriza como um dos menores do país. Possui, entre seus extremos, a Ponta do Seixas, importante ponto turístico da capital do Estado. Localizada na praia do Cabo Branco, a Ponta do Seixas é o local que marca o ponto mais oriental das Américas. Este local marca o limite do Estado para o leste, onde o mesmo se encontra com o Oceano Atlântico. Já à oeste, a Paraíba se limita com o Estado do Ceará, cuja capital é Fortaleza. Ao norte, o Estado se limita com o Rio Grande do Norte, que tem Natal como capital. Finalmente, ao sul, a Paraíba se limita com o Estado de Pernambuco, cuja capital é Recife. O estado possui dois (02) aeroportos, Aeroporto Internacional Castro Pinto em João Pessoa e o Aeroporto Presidente João Suassuna em Campina Grande. Somente o primeiro possui posto de atendimento.

Registre-se que no período de janeiro a meados de março de 2009 estava à frente desta Superintendência o Delegado de Polícia Federal **CLAUDIO FERREIRA GOMES**, sendo que, em 13 de março de 2009, teve início à gestão do Delegado de Polícia Federal **SINOMAR MARIA NETO**.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: desvios de verbas públicas, crimes contra a previdência e tráfico de entorpecentes.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, a SR realizou cerca de 10 (dez) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 110 (cento e dez) mandados de busca e apreensão e 85 (oitenta e cinco) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 712 (setecentos e doze) Inquéritos Policiais, concluídos 810 (oitocentos e dez), e ficaram em aberto (em andamento) aproximadamente 1.100 (um mil e cem) inquéritos.

Merece destaque a **Operação Transparência, a qual desarticulou uma organização criminosa especializada em burlar a competitividade das licitações no ramo da construção civil tendo 20 (vinte) prisões e 36 (trinta e seis) mandados de busca.**

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.

Estrutura Organizacional da Superintendência Regional da Polícia Federal no estado da Paraíba



1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Paraíba			
Denominação abreviada: Polícia Federal na Paraíba			
Código SIORG: 1153	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200396	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(083) 3214-2501	(083) 3214-2502	(083) 3214-2503
Endereço eletrônico: sec.gab.srpb@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: AV. Marechal Deodoro da Fonseca, nº 150, Torre. Cep.: 58040-140, Torre. João Pessoa/PB			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Nome		Situação	Código SIORG
NÃO SE APLICA		-	-
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – PB			
Denominação abreviada: FUNAPOL – PB			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200397	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(083) 3214-2501	(083) 3214-2502	(083) 3214-2503
Endereço eletrônico: sec.gab.srpb@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: AV. Marechal Deodoro da Fonseca, nº 150, Torre. Cep.: 58040-140, Torre. João Pessoa/PB			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/PB			
- Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 183, de 29/04/65, BS. 081, de 04/05/65.			
- Transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72.			
- Elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			



2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem sua raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado da Paraíba exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições:

- Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;
- Administrar as unidades sob sua subordinação localizadas nos municípios de Campina Grande e Patos, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento;
- Apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

- Promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais e
- Adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência e de suas Unidades.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência Regional na Paraíba atuou mais notadamente no Sistema Nacional de Armas – SINARM com aumento significativo dos registros emitidos, dos cadastramentos e das apreensões comparativa aos outros anos. Merece destaque, também, duas incursões pelo interior estado visando facilitar o acesso do cidadão para a entrega voluntária ou efetuar o registro de armas.

2.2 – Estratégia de Atuação

Para o cumprimento de sua missão Institucional a Polícia Federal conta com Unidades Centrais, que são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, e que aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento da PF no exercício de 2009.

O planejamento e a execução das operações são desenvolvidos obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais, sendo priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública e com outras áreas de governo (Receita Federal, Forças Armadas, INCRA, IBAMA, FUNAI, FUNASA, INSS, DNPM, DRCI, COAF, Ministério do Trabalho, Secretaria do Patrimônio da União), notadamente no campo da inteligência policial.

No exercício de 2009 a atuação da Superintendência Regional no Estado da Paraíba abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas. Também foram priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização capacitação dos servidores, de racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições públicas, como: a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado da PB, a Guarda Municipal, a Receita Federal do Brasil, a Controladoria Geral da União, a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura Municipal e o Governo do Estadual.

Em face das precárias instalações físicas da atual sede da Polícia Federal da Paraíba, desde 2002, a administração regional tem envidado esforços no sentido de proporcionar um ambiente de trabalho condigno aos servidores. Essa atuação tem se desenvolvido em duas frentes. A primeira visando à construção da sede definitiva no terreno disponibilizado pelo Exército, através da Superintendência do Patrimônio da União (SPU). A segunda, na busca de imóvel para locação, havendo a perspectiva de contratação de um prédio em construção na Ponta de Campina, em Cabedelo/PB a partir de 30/04/2010, data em que o proprietário assumiu o compromisso de concluir as adaptações necessárias e adequadas para instalar a Polícia Federal da Paraíba.

Outro ponto importante, diz respeito há alguns índices elencados no item 2.4.2 – Indicadores de Desempenho, a saber:

- Aumento percentual aproximado de 32% (trinta e dois por cento) dos laudos emitidos pelo SETEC – Setor Técnico Científico;
- Aumento percentual aproximado de 215% (duzentos e quinze por cento) dos levantamentos de impressões digitais, aumento percentual aproximado de 90% (noventa por cento) e diminuição percentual aproximado de 16% (dezesseis por cento) feitos pelo NID – Núcleo de Identificação Criminal;
- Aumento percentual aproximado de 88% (oitenta e oito por cento) dos registros emitidos, dos cadastramentos e das apreensões referentes ao Sistema Nacional de Armas – SINARM. Este fato trouxe um ganho significativo, pois as armas que estavam na clandestinidade passaram a legalidade. Esta foi uma Campanha do Governo Federal para regularização das armas;
- Aumento percentual aproximado de 43% (quarenta e três por cento) dos Índices de Controle de Segurança Privada que envolve a emissão de carteiras, homologação de escolas (cursos ministrados de segurança privada) e certificados de segurança expedidos (leva em consideração as instalações físicas se estão de acordo com a legislação). Este fato demonstra a preocupação com a regulamentação e qualificação dos profissionais que trabalham com segurança privada na Paraíba.

Também integra o plano de ação a melhoria constante nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e nas atividades desempenhadas por esta Unidade. Nos treinamentos referentes às áreas operacionais foi considerada a troca de experiências e conhecimentos nas esferas local, estadual e nacional da Polícia Federal e das instituições envolvidas.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337



2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no estado da Paraíba também executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a reforma do prédio do DNIT o qual sediará as instalações da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Campina Grande, obra com execução em 2010.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento. No programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		Não há indicação de responsável.
Indicador(es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo ¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Fonte: SIGPLAN

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos

Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200397
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
2679	Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comercio de precusores químicos	105.028,52	92.879,75	92.879,75	12.148,77

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007*	2008	2009
Empresas Fiscalizadas	-	-	-
Cadastros Aprovados	-	58	57
Licenças Renovadas	-	-	-
Valores Arrecadados – Taxas (R\$)	-	65.000,00	61.500,00
Valores Arrecadados – Multas (R\$)	-	-	-

*Não foi possível o preenchimento em virtude de não existir o Módulo Sinproquim neste ano.

Infere-se pelos dados de 2008 e 2009 no quantitativo de empresas cadastradas que não houve uma alteração significativa, em razão da ausência de fiscalização de empresas que façam uso de produtos químicos no estado da Paraíba. Esta situação está sendo saneada pelo desencadeamento de uma Operação de Produtos Químicos prevista para o 1º semestre do ano corrente.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

2.3.1.1.2 Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200397
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
2720	Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública	50.150,03	50.150,03	50.150,03	0,00

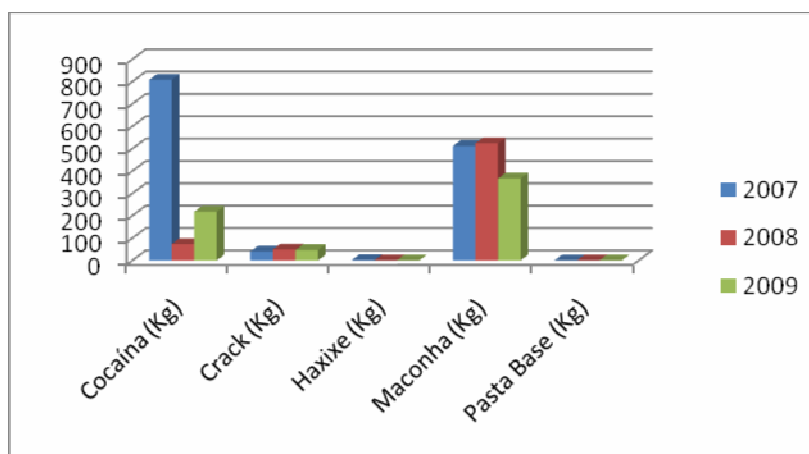
Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução. No que se refere a apreensão de drogas ilícitas gostaríamos de destacar os quadros abaixo com o respectivo comentário.

• **Drogas Ilícitas Apreendidas por Kg**

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Cocaína (Kg)	808,060	73,000	217,720
Crack (Kg)	40,390	49,700	46,980
Haxixe (Kg)	1,840	-	-
Maconha (Kg)	512,500	524,127	366,66
Pasta Base (Kg)	-	-	-

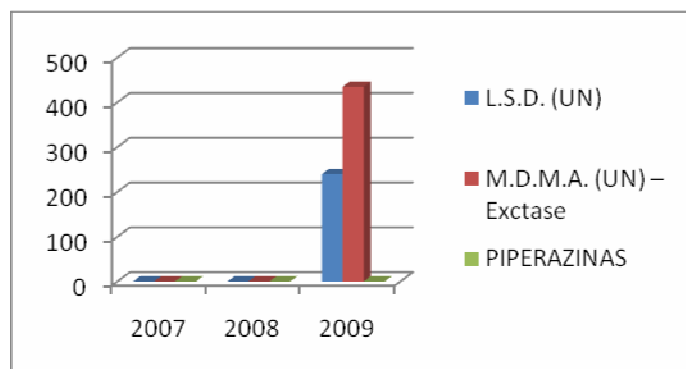


DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009



• Drogas Ilícitas Apreendidas por Unidade

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
L.S.D. (UN)	-	-	240,00
M.D.M.A. (UN) – <i>Exctase</i>	-	-	435,00
PIPERAZINAS	-	-	-



Conforme pode ser visto nos quadros estatísticos, houve um grande incremento nas apreensões de drogas no Estado da Paraíba em 2009, destacando-se o aumento nos índices de cocaína e derivados, superando o índice percentual de maconha, droga que tradicionalmente ocupava o primeiro lugar na Paraíba. Interessante ressaltar que quase a totalidade do entorpecente aqui apreendido tinha como destino final o mercado local paraibano, não havendo nenhum caso de tráfico internacional.

Outro ponto a ser destacado é a situação da Paraíba no cenário regional. A SR/DPF/PB figurou em segundo lugar no Nordeste em apreensões de cocaína e derivados, ficando atrás da SR/DPF/CE, e também em terceiro lugar nas apreensões de maconha, perdendo apenas para a SR/DPF/PE e BA, conforme dados fornecidos pela CGPRE. Houve ainda apreensão de ecstasy e LSD, fato não registrado na maioria dos outros Estados.

Os números de 2009 na Paraíba podem ser atribuídos, primeiramente, ao crescimento do mercado consumidor de drogas como o "crack", que tem se mostrado presente nos mais diversos municípios paraibanos, aliado ao fato da rápida dependência causada nos usuários, gerando, por via de consequência, maior demanda na aquisição da droga por traficantes locais.

Por outro lado, é notória a migração dos grandes traficantes do comércio de maconha para o de cocaína. Tal fato tem como causa o maior lucro gerado por esta droga, com a circulação de um volume



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

bem menor e com maior rapidez. Outrossim, as constantes operações de erradicação no Sertão Pernambucano, origem primeira da maconha historicamente consumida na Paraíba, têm causado uma redução na oferta da droga no mercado local, fazendo com que, pela primeira vez, o aumento percentual das apreensões de cocaína superasse em muito o de maconha. Em outros termos, entre 2008 e 2009, as apreensões de cocaína e derivados subiram cerca de 250%, enquanto as de maconha tiveram uma redução de cerca de 30%.

No âmbito administrativo, deve-se frisar a melhor utilização dos recursos disponíveis na SR/DPF/PB, com a melhora no sistema de interceptação, remanejamento de efetivo, dedicação exclusiva dos analistas, intercâmbio de informações e de pessoal com outras unidades, especialização das atividades da DRE com a transferência de diligências genéricas para o NO/DREX, entre outras medidas.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200397
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

Considerações

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.	1.610.333,06	1.571.660,57	1.571.660,57	38.672,49

Foram realizadas 02 (duas) operações policiais que merecem destaque: Cartão Mágico realizada em Campina Grande/PB e Pé Direito realizada em Patos/PB, cuja finalidade foi a de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado.

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200397
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	18.348,00	10.804,00	10.804,00	7.544,00

Foram realizadas algumas ações de capacitação, no ano de 2009, a saber:

- A servidora **IRACY SILVA BAZANELLI BICUDO**, Psicóloga, lotada no SRH/SR/DPF/PB, participou do IV CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA e XIV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: FORMAS E CONTEXTOS, realizado na cidade de Campinas/SP. Este evento serviu como atualização dos conhecimentos prévios na área de Avaliação Psicológica, bem como aquisição de novos conhecimentos através de modernas técnicas hoje utilizadas.
- Os servidores **ALVAIR FERREIRA ALVES** e **JAYLINE PONTES**, ambos lotados no SELOG/SR/PB, participaram de um Curso Avançado de Licitações e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia realizado na cidade de Maceió/AL. Capacitou os participantes, ambos lotados no SELOG/PB, a comporem comissões de licitações



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

envolvendo obras e serviços de engenharia. Lembramos que servidores públicos com esta capacitação são poucos na Administração Pública.

- **FELIPE EDUARDO DE OLIVEIRA MARTINS, GLAUCO FERREIRA e FÁDUA DA SILVA PEREIRA**, lotados no SELOG/SR/PB, compareceram em Natal/RN e participaram do Curso de Direito Financeiro para Gestão Pública. O evento capacitou os participantes na área de gestão financeira, abordando as mudanças na legislação e atualizando-os nas novas técnicas adotadas.
- **CARLOS FELIPE MACIEL COSTA**, lotado na DPF/CGE/SR/DPF/PB, encontra-se participando do Curso de Especialização em Ciências Criminais realizado no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE. O evento capacita o servidor, policial federal exercendo o cargo de Delegado de Polícia Federal, a desempenhar seu mister com utilização de novas técnicas na área, contribuindo na melhora a investigação no âmbito do DPF.
- **ALEXANDRE HENRIQUE LOBO DE PAIVA**, lotado na DPF/CGE/SR/DPF/PB, encontra-se participando do Curso de Especialização em Ciências Criminais realizado no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE. O evento capacita o servidor, policial federal exercendo o cargo de Delegado de Polícia Federal, a desempenhar suas funções utilizando novas técnicas na área, contribuindo na melhora a investigação no âmbito do DPF.

2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar a PF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Não há indicação de responsável
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo²	Descrição da Ação
8979	A	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

2.3.1.2.1 Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infraestrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200397
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
8979	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	8.961,85	8.961,65	8.961,85	0,00

Os serviços de implantação e adequação de rede lógica e elétrica para instalação de equipamentos de interceptação telefônica e telemática nesta SR/PB se fizeram necessários devido a criação do Centro Regional de Inteligência de Sinais - CRIS -, centro este gerenciado pelo Núcleo de inteligência Policial - NIP desta SR/PB. Para tanto, a empresa contratada para a implantação de rede estruturada de voz e dados, instalou cerca de 60 pontos lógicos e elétricos que constituem a rede dedicada do CRIS à inteligência de sinais bem como pontos de acesso aos diversos sistemas da DPFNet de forma protegida.

O ambiente do CRIS visa a disponibilizar as mais diversas áreas de investigação da SR/PB e a gerenciar meios, principalmente computacionais, para a execução das interceptações de sinais telefônicos e telemáticos, obedecendo a determinações oriundas da Justiça. Estes meios bem como metodologias presentes no CRIS viabilizam de forma mais eficaz e eficiente a coleta, o processamento e a análise dos dados interceptados que subsidiam as diversas investigações de combate ao tráfico de drogas, de combate aos crimes fazendários (desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro), de combate aos crimes contra o patrimônio público etc.

Como consequência da implantação do CRIS da SR/PB, mormente da sua rede estruturada de dados e voz, nota-se a melhoria na efetividade da atividade de investigação policial, por meio de uma maior quantidade de provas robustas apresentadas nos relatórios de inteligência e inquéritos relatados



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

que, conseqüentemente, subsidiarão de forma mais contundente às decisões do Ministério Público e da Justiça quanto aos fatos criminosos apurados pela PF na Paraíba.

2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Não há indicação de responsável.
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200396
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
8375	Campanha do Desarmamento	68.873,50	61.004,47	61.004,47	7.869,03

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado da Paraíba a Polícia Federal pagou R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais) em indenizações no ano de 2009. Foram arredadas 446 armas de fogo e regularizadas 3.866, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas. Em contrapartida ao ano de 2008 que foram pagas R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em indenizações, arrecadadas 337 e regularizadas 2.000 armas de fogo.

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral	Não informado	
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa	Não há indicação de responsável	
Indicadores para avaliação do programa	Este Programa não possui indicadores.	
Público-alvo (beneficiários)	Governo	
Código	Tipo³	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

	ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200396 e 200397
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
2000	Administração da Unidade	2.895.848,86	2.701.656,31	2.696.956,72	194.192,55

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.



2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 14 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	3.790.535,35	3793518,98	3.790.535,35	3793518,98
Convite	41.800,00	0,00	41.800,00	0,00
Tomada de Preços	289.837,00	0,00	289.837,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	1.742.146,83	1.642.615,53	1.742.146,83	1.642.615,53
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Não se aplica	1.716.751,52	2.150.903,45	1.716.751,52	2.150.903,45
Contratações Diretas	594.295,05	577.432,09	594.295,05	577.432,09
Dispensa	445.760,51	432.949,46	445.760,51	432.949,46
Inexigibilidade	148.534,54	144.482,63	148.534,54	144.482,63
Regime de Execução Especial (total)	79.271,10	126.165,91	79.271,10	126.165,91
Suprimento de Fundos	79.271,10	126.165,91	79.271,10	126.165,91
Pagamento de Pessoal (total)	1.406.731,51	1.884.523,55	1.406.731,51	1.832.661,80
Pagamento em Folha ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	1.406.731,51	1.884.523,55	1.406.731,51	1.832.661,80
Outros	-	-	-	-

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Considerações

Os valores apresentados representam os valores regulares dos contratos e pagamento de diárias para o devido cumprimento das atribuições da Polícia Federal no Estado da Paraíba.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	34.133,64	7.043,17	34.133,64	7.043,17	0,00	0,00	34.133,64	7.043,17
08 – Outros Benefícios Assistenciais	0,00	7.043,17	-	7.043,17	-	0,00	-	7.043,17
91 – Sentenças Judiciais	34.133,64	-	34.133,64	-	0,00	-	34.133,64	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	4.163.499,34	4.745.687,97	3.590.533,63	4.047.181,71	572.965,71	260.426,84	3.590.083,75	4.480.561,54
14 – Diárias – Pessoal Civil	1.406.731,51	1.884.523,55	1.406.731,51	1.832.661,80	0,00	51.861,75	1.406.731,51	1.832.661,80
30 – Material de Consumo	552.296,63	474.713,56	402.197,32	438.079,42	150.099,31	36.634,14	402.197,32	438.079,42
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	442.445,84	296.151,86	409.443,76	293.651,86	33.002,08	2.500,00	409.443,76	293.651,86
36 – Serviços de Terceiros – Pessoa Física	77.821,69	81.884,24	65.407,60	79.951,54	12.414,09	1.932,70	65.407,60	79.951,54
37 – Locação de Mão-de-Obra	444.517,37	750.597,30	323.634,45	705.251,10	120.882,92	45.346,20	323.634,45	705.251,10
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	935.351,80	978.710,88	707.884,49	864.058,83	227.467,31	114.652,05	707.884,49	859.359,24
47 – Obrigações Tributárias e Contribuições – OP. Intra-Orçamentárias	14.124,54	18.774,45	14.124,54	18.774,45	0,00	0,00	13.674,66	18.774,45
92 – Despesas de Exercício Anterior	57.845,46	11.297,73	57.845,46	8.797,73	0,00	2.500,00	57.845,46	8.797,73
93 – Indenizações e Restituições	232.364,50	249.034,40	203.264,50	244.034,40	29.100,00	5.000,00	203.264,50	244.034,40
4 - Investimentos	300.602,16	11.855,85	43279,28	11.855,85	257.322,88	0,00	43.279,28	11.855,85
51 – Obras e Instalações – OP. INT. ORC.	192.237,88	8.961,85	0,00	8.961,85	192.237,88	0,00	0,00	8.961,85
52 – Equip. e Material Permanente – OP. INTRA-ORC.	108.364,28	2.894,00	43.279,28	2.894,00	65.085,00	0,00	43.279,28	2.894,00



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

Quadro 16 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	392.459,87	442.445,84	296.151,86
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	2.616.831,99	1.406.731,51	1.884.523,55
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	216.864,88	444.517,37	750.507,30
3.1 Publicidade			
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	188.942,92	414.732,08	723.267,30
3.3 Tecnologia da Informação	-	-	-
3.4 Outras Terceirizações	27.921,96	29.785,29	27.240,00
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	62.155,30	75.163,84	116.925,16
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	-	-
TOTAIS	3.505.176,92	2.813.375,93	3.798.615,17

Considerações

Houve uma redução nos valores gastos com emissão de passagem aérea e pagamento de diárias, levando-se em conta que em meados do exercício de 2009 houve um aumento do valor das diárias de aproximadamente 100%.

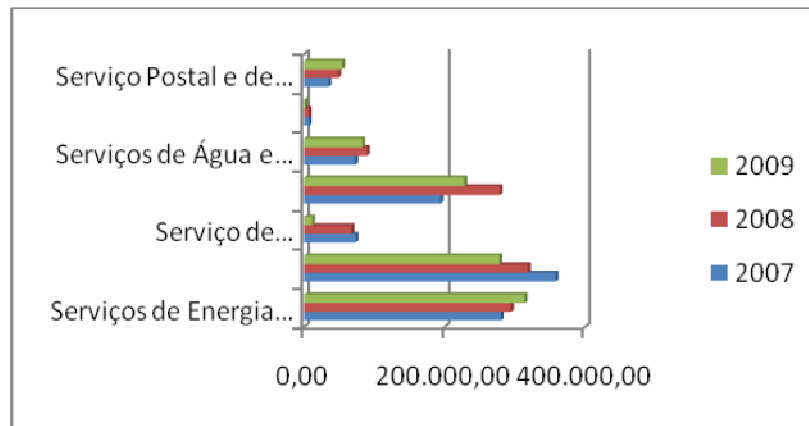
Também houve um aumento do valor relativo a terceirizados (vigilância, limpeza e conservação), pois somente em junho de 2008 esta Superintendência passou a contar os serviços de vigilância armada.

Quanto aos demais itens, manteve-se o equilíbrio financeiro.

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
Serviços de Energia Elétrica	280.345,87	295.032,50	314.506,20
Serviços de Telecomunicações	358.360,62	319.078,18	278.389,68
Serviço de Manutenção de Viaturas	73.926,58	67.773,65	11.771,67
Combustíveis e Lub. Automotivos	194.691,64	278.828,88	228.615,33
Serviços de Água e Esgoto	73.010,38	89.924,02	83.170,22
Refeições para os Custodiados	6.993,00	6.930,11	1.671,00
Serviço Postal e de Malote	35.413,22	49.044,64	54.460,91
TOTAIS	1.022.741,31	1.106.611,98	972.585,01



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009



Considerações

Nos exercícios demonstrados manteve-se o equilíbrio financeiro, com uma ligeira diminuição nos gastos com manutenção de viaturas e combustível, devido à troca de parte da frota por veículos novos.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 17 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	300.602,16	11.855,85	43279,28	11.855,85	257.322,88	0,00	43.279,28	11.855,85
51 – Obras e Instalações – OP. INT. ORC.	192.237,88	8.961,85	0,00	8.961,85	192.237,88	0,00	0,00	8.961,85
52 – Equip. e Material Permanente – OP. INTRA-ORC.	108.364,28	2.894,00	43.279,28	2.894,00	65.085,00	0,00	43.279,28	2.894,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 18 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		1.783.859,61	1.725.494,35	58.365,26	1.725.494,35	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	.*
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	97%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este índice atingido no exercício, pela SR/PB demonstra que no exercício de 2009, foi possível atingir o ideal que seria findar os inquéritos em maior número do que os que foram instaurados. Ranking elaborado pela Corregedoria Geral.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

*Índice não divulgado regionalmente.

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência. Este índice é calculado pela CTI, foi solicitado que seja elaborada planilha contemplando todas as Superintendências que será divulgada na página da intranet da DLOG brevemente.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		7.043,17	7.043,17	0,00	7.043,17	

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		2.895.848,86	2.701.656,31	194.192,55	2.696.956,72	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		8.961,85	8.961,85	0,00	8.961,85

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		68.873,50	61.004,47	7.869,03	61.004,47

Considerações

As informações de dotação não se aplicam à Unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, no Departamento de Polícia Federal, e não na Unidade Executora.

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 19 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	2.696.956,72	NA
06	125	0662	2679	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	92.879,75	NA
06	128	0662	4572	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	10.804,00	NA
06	181	0662	2726	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	1.571.660,57	NA
06	181	1353	8979	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	8.961,85	NA
06	183	0662	2720	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	50.150,03	NA
06	422	1453	8375	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	61.004,47	NA
06	272	0089	0181	OP	3	NA	NA	NA	NA	NA	7.043,17	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

2.4.1.7 – Principais Operações Policiais Desencadeadas em 2009 no estado da Paraíba

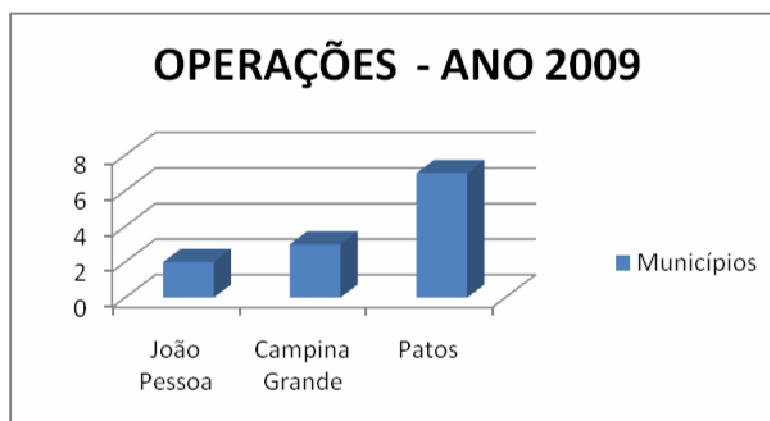
Quadro 20 – Operações Realizadas

Nº	PERÍODO (data-início a data fim)	NOME DA OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
01	04 a 10/09	BRILHANTE	João Pessoa	Combater o tráfico de drogas na capital e em outras cidades	4 prisões em flagrante
02	10/11	TRANSPARÊNCIA	João Pessoa	Desarticular uma organização criminosa especializada em burlar a competitividade das licitações no ramo da construção civil.	20 prisões provisórias
03	04/09	CAROÁ	Campina Grande	A prisão dos principais articuladores de uma organização criminosa que praticava tráfico de drogas, principalmente cocaína e seu derivado crack, em Campina Grande/PB e região	6 prisões provisórias
04	06/11	CARTÃO MÁGICO	Campina Grande	Reprimir o crime organizado que age contra a previdência social no município de Campina Grande/PB, inclusive com participação de servidor do INSS.	4 prisões preventivas
05	1 e 02/12	FACHADA	Campina Grande	Desarticular organização criminosa que atua em fraudes em licitações no Estado, principalmente em Campina Grande/PB e Baraúna/PB.	4 prisões preventivas
06	28/05	CIRANDA	Patos	Reprimir o crime organizado neste estado, especialmente combater cartéis em licitações, que agiam contra o regular andamento das licitações em municípios do Sertão Paraibano	6 prisões preventivas



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão de 2009

07	09 e 10/06	CONEXÃO DO SERTÃO	Patos	Combate o tráfico de drogas e de armas de fogo.	17 prisões
08	20 a 25/08	JABRE	Patos	Reprimir crimes, principalmente assaltos, no sertão dos Estados da PB e PE, mais especificamente na região polarizada pelo Pico do Jabre.	19 prisões
09	30/09	OPERAÇÃO TORA	Patos	Reprimir ações de quadrilhas de assaltantes de bancos que atuam nos municípios das fronteiras dos Estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.	6 prisões em flagrante
10	05/10	OPERAÇÃO CAATINGUEIRA	Patos	Desarticular esquema de emissão de falsos contracheques e empréstimos fraudulentos com os mesmos.	1 prisão
11	06/11	PÉ DIREITO	Patos	Desarticular quadrilha que fraudava a previdência social com a emissão de falsos pedidos de auxílio maternidade.	1 prisão
12	06/11	INAPTO	Patos	Reprimir o crime organizado que agia contra o PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.	5 prisões preventivas



Tendo como total de 93 (noventa e três) prisões decorrentes das operações realizadas em 2009.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pela Direção-Geral, a SR/DPF/PB intensificou e aprimorou suas atividades, implementando políticas de melhoria da qualidade dos serviços e de redução de despesas.

Podemos destacar os seguintes indicadores de desempenho:

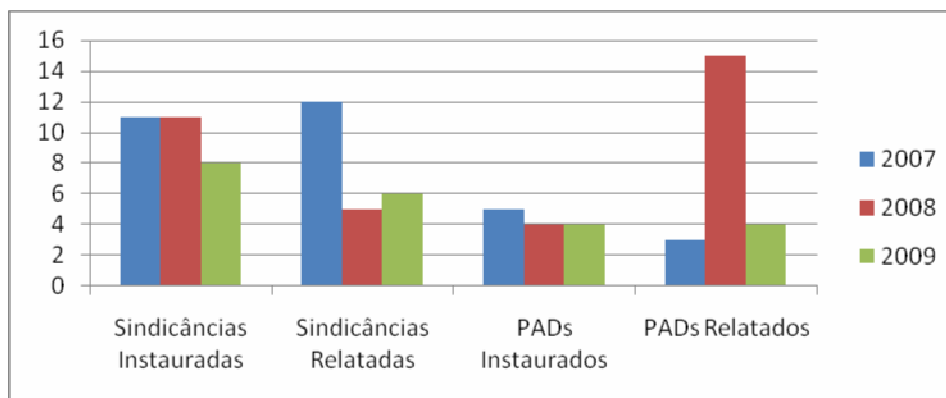
2.4.2.1. Índices de Procedimentos Administrativos Disciplinares

Quadro 21 – Índices de Procedimentos Administrativos Disciplinares

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Sindicâncias Instauradas	11	11	08
Sindicâncias Relatadas	12	05	06
PADs Instaurados	05	04	04
PADs Relatados	03	15	04



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009



Análise do Desempenho

Em relação aos expedientes instaurados e relatados por este NUDIS/COR/SR/DPF/PB, vê-se um decréscimo nos procedimentos disciplinares de 2007 até 2009 nesta SR/PB. Tal situação é decorrente de vários fatores. De início, vale ressaltar que um NUDIS bem estruturado, com servidores para auxiliar o chefe é essencial para os bons resultados, também há que ser citado que no ano de 2006, grande quantidade de Processos Administrativos Disciplinares foram instaurados nesta SR (muitos deles encerrados apenas em 2008, daí a grande quantidade de PAD's relatados no ano, 15), havendo a existência desses expediente como um sinal de alerta de que a Administração é diligente em relação aos atos de seus servidores. Ademais, diversas ações foram realizadas no âmbito desta Regional, que influenciaram de sobremaneira na diminuição de expedientes de natureza disciplinar, pois essas ações interferem diretamente no dia a dia dos trabalhos e na rotina dos servidores. Citamos como exemplo a contratação de vigilantes para reforço na segurança e cadastro de visitantes, o que dificulta a ocorrência de furtos de objetos do DPF (fatos objetos de sindicância nesta SR), aquisição de novas viaturas, melhorando as condições de trabalho e o zelo pelos novos carros, diminuindo assim a instauração de expedientes por danos a automóveis deste DPF.

Em suma, não há que se negar que um núcleo de Disciplina bem estruturado, diligente na condução dos expedientes de natureza disciplinar concorre para uma diminuição nos problemas nesta área. Isto aliado a providências administrativas de melhoria na condição de trabalho dos servidores justifica a queda nos problemas disciplinares constatados nos anos 2007 a 2009. E, diferente dos outros setores, uma planilha com valores decrescentes neste setor é uma dado a ser comemorado, demonstra obediência, organização e comprometimento dos servidores com a Administração.

2.4.2.2. INDÍCES DE CONTROLE DA ÁREA DE PERÍCIA E IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

2.4.2.2.1. SETEC

Laudos Emitidos

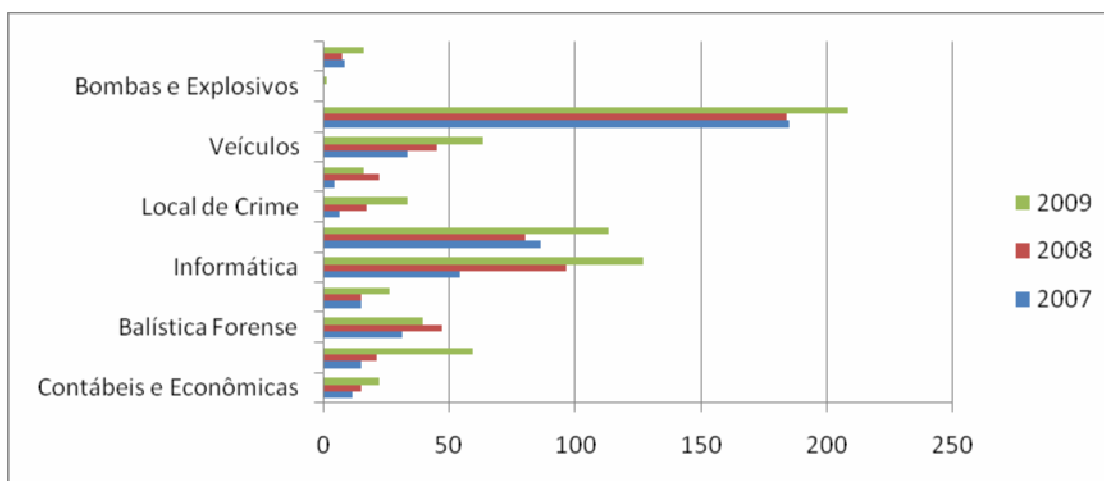
Quadro 22 – Laudos Emitidos

TIPO DE PERÍCIA – ÁREA DE EXAME	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Perícias Contábeis e Econômicas	11	15	22
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	15	21	59
Perícias de Balística Forense	31	47	39
Perícias de Engenharia	15	15	26
Perícias de Informática	54	96	127
Perícias de Laboratório	86	80	113



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

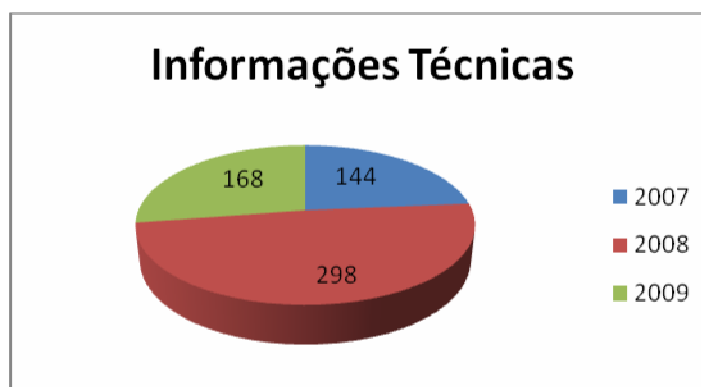
Perícias de Local de Crime	06	17	33
Perícias de Meio Ambiente	04	22	16
Perícias de Veículos	33	45	63
Perícias Documentoscópicas	185	184	208
Perícias em Bombas e Explosivos	00	00	01
Perícias Merceológicas	08	07	16
TOTAL GERAL	448	549	723



Informações Técnicas Emitidas

Quadro 23 – Informações Técnicas Emitidas

TIPOS DE INFORMAÇÕES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Informações Técnicas	144	298	168



Análise do Desempenho

O crescimento da quantidade de laudos emitidos pelo SETEC/PB segue a tendência dos últimos anos, em razão do contínuo aumento da demanda de exames periciais. Em 2009 verifica-se, também, que o aumento do número de peritos lotados no SETEC/PB contribuiu muito para este crescimento, pois possibilitou o atendimento de pendências antigas e celeridade no atendimento de solicitações recentes (principalmente na área de Audiovisual e Eletroeletrônicos). Outro fator a ser levado em consideração é a instalação de novos equipamentos do Projeto PROMOTEC, o que permitiu que alguns exames que antes eram encaminhados ao INC fossem realizados neste SETEC

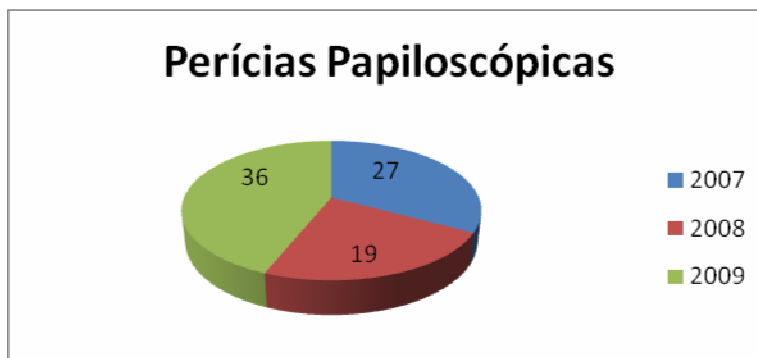


2.4.2.3. NID

2.4.2.3.1. Laudos Papiloscópicos Emitidos

Quadro 24 – Laudos Papiloscópicos Emitidos

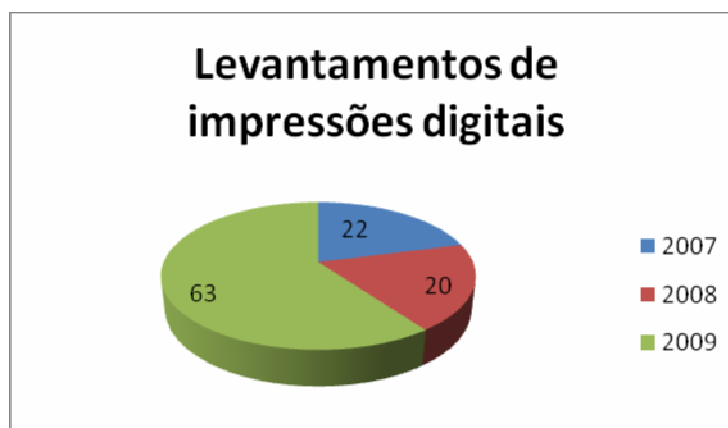
TIPO DE PERÍCIA	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Perícias Papiloscópicas	27	19	36



Informações Técnicas Emitidas

Quadro 25 – Informações Técnicas Emitidas

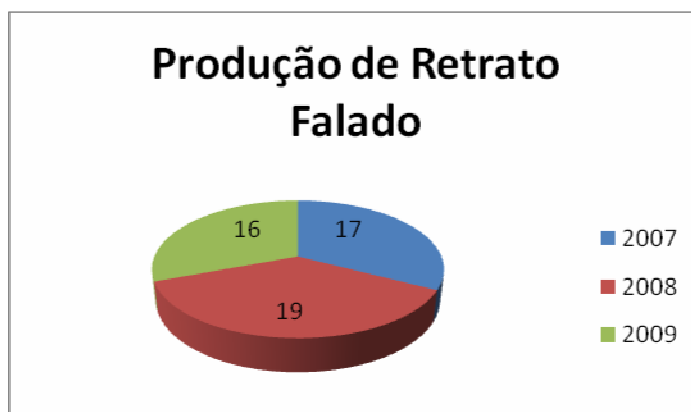
TIPO DE INFORMAÇÕES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Levantamentos de impressões digitais	22	20	63



Retratos Falados Emitidos

Quadro 26 – Retratos Falados Emitidos

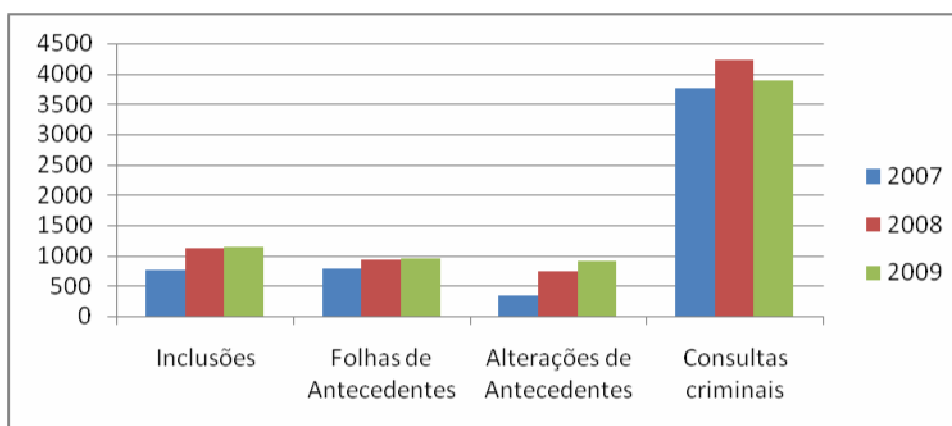
ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Produção de Retrato Falado	17	19	16



Inclusão no Sistema de Identificação Criminal (SINIC)

Quadro 27 – Inclusão no SINIC

ATIVIDADES	Tipos:	QUANTIDADE		
		2007	2008	2009
Inclusões de Prontuários no Sistema Nacional de Identificação Criminal (SINIC) e outros:	Inclusões	770	1.124	1.145
	Folhas de Antecedentes	787	928	961
	Alterações de Antecedentes	340	739	916
	Consultas Criminais	3.767	4.223	3.889



Análise do Desempenho

O NID/SETEC/SR/DPF/PB é o setor responsável pela coleta, levantamento e tratamento das impressões digitais em local de crime, elaboração e emissão dos respectivos Laudos e Informações Técnicas. É responsável também pela confecção da Representação Facial Humana (Retrato Falado), identificação criminal de estrangeiros e alimentação, suporte e apoio ao Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC e Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS na Superintendência Regional da Paraíba.

Pudemos constatar que o aumento significativo desses levantamentos comparativos entre os anos de 2007, 2008 e 2009 em torno do percentual elencado acima, deveu-se ao aumento dos assaltos praticados contra Agências de Correios e Telégrafos e Bancos, o aumento da demanda por provas periciais solicitadas pelas delegacias na SR/DPF/PB e aos resultados demonstrados pelo NID na elucidação de casos de repercussão no Estado e no âmbito da própria Superintendência.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

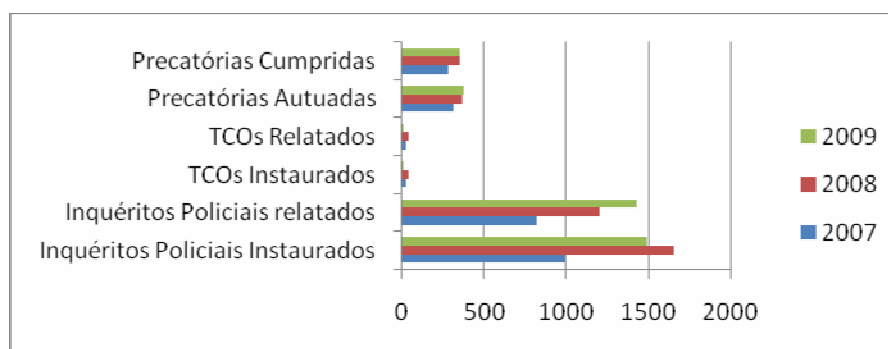
Outrossim, constatamos ainda um incremento considerável no aumento de inclusões de Boletins de Identificação Criminal – BIC's no SINIC, passando de um valor de 499 inclusões em 2007 para 833 inclusões em 2009 com a respectiva emissão de folhas de antecedentes.

2.4.2.4. INDÍCES DE CONTROLE DE PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Quadro 28 – Índices de Controle de Procedimentos de Polícia Judiciária

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Inquéritos Policiais Instaurados	992	1.647	1.483
Inquéritos Policiais relatados	814	1.195	1.425
TCOs Instaurados	25	37	09
TCOs Relatados	25	37	09
Precatórias Autuadas	311	364	373
Precatórias Cumpridas	283	347	347

Obs.: Foram incluídas na estatística das precatórias as solicitações judiciais, ou seja, pedidos de cumprimento de diligências – 2007 (04); 2008 (18); 2009 (13)



Análise do Desempenho

Nos últimos três anos foi constatado um aumento significativo de Inquéritos instaurados no ano de 2008, acreditando ser apenas uma ocorrência sazonal, talvez por ter sido um ano eleitoral, salientando que no ano de 2009 foram relatados mais Inquéritos do que instaurados nesta Regional, diminuindo os Inquéritos em andamento. Quanto aos TCOS ocorreu uma queda significativa no ano de 2009 em comparação aos anos anteriores. Pelo que se observa neste cartório, as autoridades policiais tem procurado concluir os Inquéritos mais antigos, ou seja, com mais de quatro anos de instauração, restando ainda alguns. No ano passado, trabalhou-se com afinco visando atualizações dos sistemas SINPRO e SISCART, hoje, este cartório tem mantido, diariamente, atualizado o sistema SISCART. Atualmente, pelas informações do colhidas através do SISCART existem apenas 60 notícias crimes prontas para instaurações de Inquéritos.

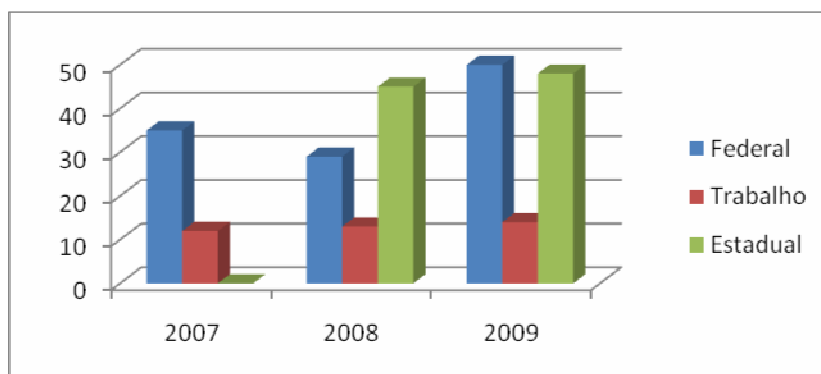
2.4.2.5. INDÍCES DE CONTROLE DE MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS

Quadro 29 – Índices de Controle de Mandados de Prisão Cumpridos

JUSTIÇA	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Federal	35	29	50
Trabalho	12	13	14
Estadual	00	45	48



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009



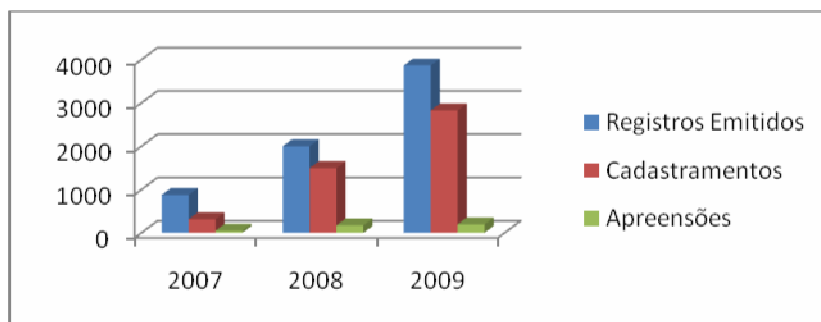
Análise do Desempenho

Em decorrência dos esforços despendidos no combate aos crimes previdenciários e desvios de verbas públicas possibilitou um aumento no número de prisões decretadas pela Justiça Federal.

2.4.2.6. INDÍCES DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS – SINARM

Quadro 30 – Controle de Armas e Apreensões

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Registros Emitidos	877	2000	3866
Cadastramentos	315	1496	2825
Apreensões	49	174	198



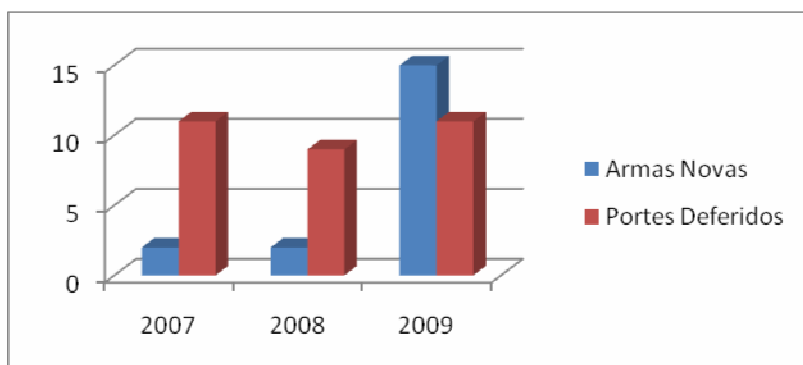
Quadro 31 – Armas Novas e Portes de Armas

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Armas Novas	02	02	15
Portes Deferidos	11	09	11

Obs.: Cabe salientar, que algumas vezes o cadastro de arma nova consta na estatística como registro emitido, em especial quando a arma não está vinculada à indústria na ocasião do seu cadastramento.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009



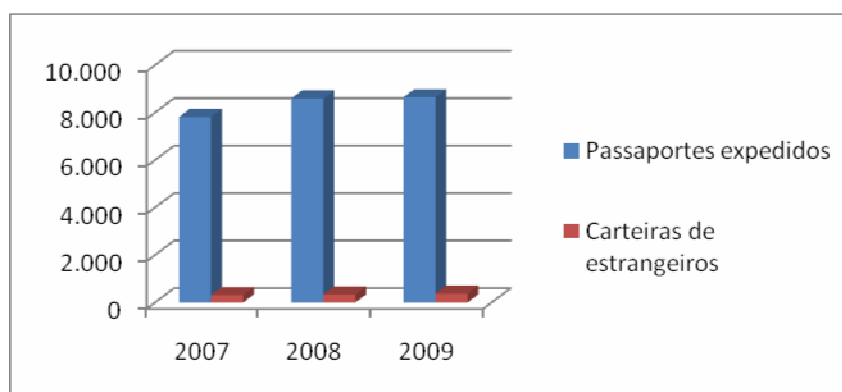
Análise do Desempenho

Houve um incremento nos registros emitidos, nos cadastramentos, nas apreensões, como também, na apreensão de armas devido a Campanha de Desarmamento, Ação 8375 já comentada no item 2.3.1.3.1. Mantendo-se os portes deferidos.

2.4.2.7. INDÍCES DE CONTROLE MIGRATÓRIO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

Quadro 32 – Expedição de Passaportes e Carteiras de Estrangeiros

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Passaportes expedidos	7.818	8.596	8.648
Carteiras de estrangeiros	315	342	375



Quadro 33 – Controle Migratório

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Extradições	-	-	-
Deportações	-	-	-
Repatriações	-	-	-
Expulsões	-	-	01



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

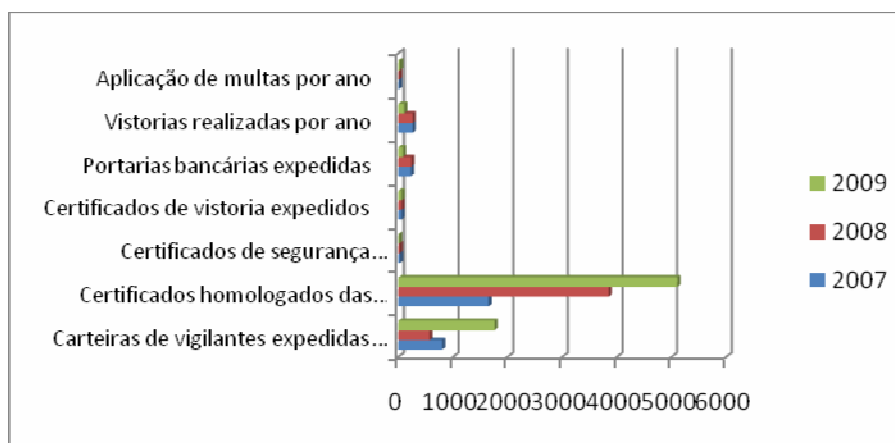
Análise do Desempenho

Verificou-se no período uma regularidade verificada nos últimos anos na procura por documentos de viagens a despeito da crise mundial no período.

2.4.2.8. ÍNDICES DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

Quadro 34 – Segurança Privada

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	804	572	1760
Certificados homologados das Escolas por ano	1653	3849	5106
Certificados de segurança expedidos	30	24	16
Certificados de vistoria expedidos	59	63	64
Portarias bancárias expedidas	229	235	83
Vistorias realizadas por ano	259	259	107
Aplicação de multas por ano	13	14	28



Análise do Desempenho

No campo “Carteiras de vigilantes expedidas por ano” verificamos que houve um aumento considerável no ano de 2009 em função de o referido ano coincidir com o vencimento das carteiras existentes (validade de 4 anos).

No campo “Certificados homologados das Escolas por ano” consideramos todos os cursos realizados no período, sejam eles de Formação, Extensão e Reciclagem. Verificamos que no período de **2007 a 2009** houve um crescimento no número de certificados homologados, fato motivado pelo aumento no número de escolas de formação de vigilantes autorizadas no estado da Paraíba, bem como do aumento da procura pelos cursos na área de segurança privada.

No campo “certificados de segurança expedidos” observamos que entre os anos de **2008 e 2009** houve uma diminuição no quantitativo, fato ocasionado pela implantação do **Gerenciamento Eletrônico de Segurança Privada – Projeto GESP**, através da **Portaria 346/06-DG/DPF**, contemplando alguns processos que anteriormente eram protocolados em papel para serem encaminhados de forma digitalizada. O Certificado de Segurança está sendo expedido conjuntamente ao Alvará de Autorização ou Revisão de Funcionamento da empresas de forma digital, e posteriormente, publicado no Diário Oficial da União.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

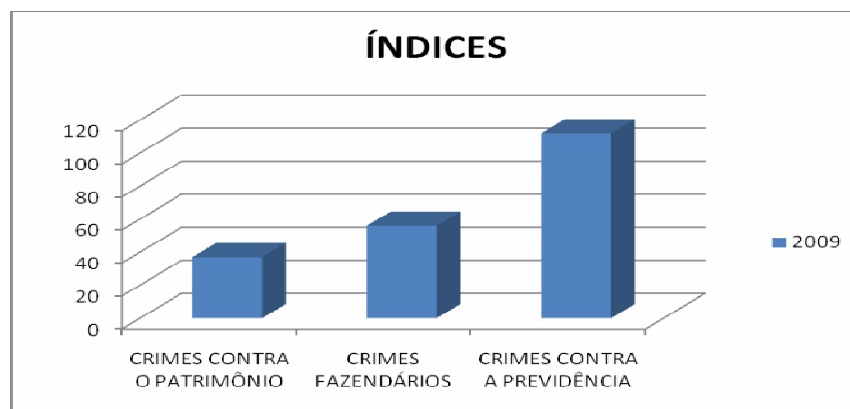
No tocante ao campo “Portarias bancárias expedidas”, a redução verificada no supracitado período foi ocasionada pela alteração da **Portaria 387/096-DG/DPF** pelas **Portarias 358/09-DG/DPF** e **408/09-DG/DPF**, que alteraram os procedimentos para a vistoria, bem como prorrogaram a validade das Portarias bancárias.

No tocante ao campo “Aplicação de multas por ano” foi considerado a lavratura de Autos de Constatação de Infrações em desfavor das empresas de segurança privada autorizadas no estado da Paraíba. A confirmação e/ou o julgamento das multas fica a cargo da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada – CCASP, formada pelos representantes do segmento segurança privada (FENAVIST, FEBRABAN, etc.) e por um membro da Polícia Federal, que reúnem-se em Brasília para avaliar os procedimentos administrativos lavrados pelas DELESP’s e CV’s dos estados. O prazo médio para o julgamento dos processos é de cerca de 1 (um) ano e meio a 2 (dois) anos. Houve um incremento na quantidade de Autos lavrados em função da intensificação da fiscalização das empresas por esta Delegacia e pelas Comissões de Vistoria.

2.4.2.9. ÍNDICES DE INQUÉRITOS INSTAURADOS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, FAZENDÁRIOS E CONTRA A PREVIDÊNCIA

Quadro 35 – Inquéritos Instaurados de Crimes contra o Patrimônio, Fazenda e Previdência

TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Crimes contra o Patrimônio	37
Crimes Fazendários	56
Crimes contra a Previdência	112



Análise do Desempenho

O bom desempenho verificado decorre da ênfase no combate ao crime previdenciário, bem como, pela sedimentação de parcerias entre organismos (Ministério Público, Previdência Social e Polícia Federal) com a melhor efetividade da denominada “Força Tarefa Previdenciária”



3 - Recursos Humanos

Quadro 36 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	318	318	Não há informação ¹
Próprios	318	318	
Requisitados	-	-	
Celetistas	-	-	
Cargos de livre provimento	-	-	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
Terceirizados	-	-	
Total	318	318	

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 37 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	309	32.664.146,06	226.717,58	1.382.427,31	30.107,23	575.494,97		
2008	317	42.570.026,52	539.089,57	1.677.023,92	33.880,24	577.783,30		
2009	318	46.299.008,37	791.240,10	908.846,29	17.432,61	546.509,44		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	16	188.942,92	-	-	-	-	-	-
2008	40	414.732,08	-	-	-	-	-	-
2009	40	723.357,30	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB Relatório de Gestão de 2009

Considerações

Verificamos que não houve um grande aumento no número de servidores de 2007 a 2009, logo os acréscimos dos valores de gastos com pessoal refletem primeiramente os aumentos de subsídio dos servidores policiais nos meses de fevereiro de 2008 e fevereiro de 2009, conforme Lei 11.358/2006; bem como o aumento dos vencimentos e gratificações dos servidores do PEC em março de 2008 e janeiro de 2009, conforme Medida Provisória nº 431/2008.

As retribuições referem-se aos valores pagos com Abono de Permanência, que tiveram acréscimos acentuados em 2008, referente ao deferimento do pagamento dos abonos, antes sobrestados, de acordo com Ofício nº 059/CH.GAB/AGU, de 13/10/2008. Verificamos com isto que na SR/DPF/PB existem mais de 46 servidores policiais que percebem o benefício do abono de permanência e cerca de 10 policiais que nos próximos dois anos poderão requerer tal benefício.

Nos levantamentos realizados, observamos que cerca de 56 servidores policiais, cerca de 20% do efetivo policial, poderão se aposentar, tempestivamente, nos termos de Lei Complementar nº 51/85 causando um impacto muito grande a médio prazo nos serviços desta descentralizada.

Informamos que o decréscimo do valor dos Adicionais de 2008 para 2009, refere-se ao cancelamento da concessão do adicional de periculosidade aos servidores do PEC a partir de agosto de 2008. Com relação ao decréscimo das Gratificações no mesmo período, refere-se ao encerramento do pagamento da GTEMPPF aos servidores da área administrativa conforme Medida Provisória nº 431/2008.

No tocante as descentralizadas, verifica-se uma grande demanda de serviços administrativos, para o número escasso de servidores, o que gera a necessidade de aumento no quadro de servidores administrativos das Delegacias de Polícia Federal em Patos e em Campina Grande, de modo a não permitir a sobrecarga em alguns servidores e prejudicar a qualidade da atividade prestada.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.



4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –



5 - Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 38 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	830.738,47	236.329,30	467.004,23	127.404,94
2007	17.113,18	17.113,18	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
...				

Observações:

Ato Legal que autoriza o pagamento no exercício de 2009 de Restos a Pagar é o Decreto nº 7.057 de 29 de dezembro de 2009.

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Pela análise do quadro, constata-se que a sistemática de rolagem de dívida adotada pelo governo, por meio da figura de restos a pagar, apesar de sua previsão legal, torna-se pernicioso tanto para o órgão quanto para os fornecedores. Considerando que o limite de pagamento é menor ou igual ao limite de empenho para o exercício, essa sistemática tem onerado em demasia as setoriais financeiras, gerando a cada ano maiores saldos de restos a pagar. Deveria ser adotado pela STN ações urgentes visando baixar os saldos de restos a pagar, utilizando-se dos diversos superávits financeiros gerados nos últimos exercícios, de forma a facilitar e baratear as negociações junto aos fornecedores de bens e serviços.



6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

Esta Unidade não recebeu recomendações da CGU, durante o exercício de 2009.

Quadro 39 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
-	-	-
Descrição da Recomendação:		
Não houve recomendações da CGU no período.		
Providências adotadas:		
Não houve recomendações da CGU no período.		



11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba não recebeu determinações e nem recomendações do Tribunal de Contas da União.

Quadro 40 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA PARAÍBA					316
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	-	-	-	-	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
-					-
Descrição da Deliberação:					
Não houve ocorrências no período.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
-					-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Não houve ocorrências no período.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não houve ocorrências no período.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve ocorrências no período.					



12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

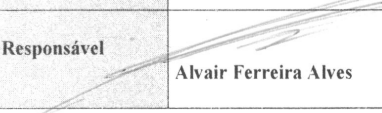
– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 41 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Paraíba		200396	
		200397	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	João Pessoa/PB	Data	29 de março de 2010
Responsável	 Alvaír Ferreira Alves	Matrícula nº	3070



14 – Outras Considerações

É importante mencionar algumas providências adotadas por esta Administração para implementar a gestão participativa na busca da melhoria dos serviços, que influenciaram diretamente os resultados alcançados, conforme se verifica a partir de alguns exemplos relacionados adiante.

14.1 – Projetos em Andamento

- Projeto do Programa - Federal Mirim. Voltado para prevenção ao uso de drogas.
- Projetos de Reforma e Adequação do Prédio de Patos;
- Projeto de Construção da Sede definitiva da SR/PB.

14.2 – Atos voltados à Gestão Participativa

PORTARIA N.º 028/2009 – GAB/SR/DPF/PB, de 26/03/2009

Constituir COMISSÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DA DPF/CGE/PB, para os fins de atividades fiscalizatórias de nossa atribuição, consoante art. 3º da Lei nº 10.357/01.

PORTARIA N.º 042/2009 – GAB/SR/DPF/PB, de 27/05/2009

Constituir COMISSÃO DE RECEBIMENTO dos Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia para construção e reforma da Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande/PB, devendo para isso, analisar todas as plantas impressas, caderno de especificações, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias, bem como o CD contendo os seus respectivos arquivos, referente ao objeto contratado.

PORTARIA N.º 047/2009 – GAB/SR/DPF/PB, de 08/06/2009

Constituir COMISSÃO COORDENADORA PARA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA no âmbito da Superintendência de Polícia Federal na Paraíba. A Comissão será responsável por coordenar a implantação dos trabalhos de coleta no prédio e intermediará o relacionamento da SR/DPF/PB com as Associações e Cooperativas de Catadores participantes em todas as etapas do processo, especialmente nas fases de cadastramento e celebração dos acordos locais, além de acompanhar a implantação do programa em todas as suas etapas, desde o início da realização do diagnóstico, o planejamento da infra-estrutura para a seleção de material e para coleta diferenciada dos resíduos, o armazenamento temporário, o sistema de retirada da matéria, a sensibilização e educação permanente dos servidores e demais integrantes da instituição, até a avaliação e monitoramento do processo. Na realização de seus trabalhos, a Comissão deverá implementar ações de publicidade de utilidade pública que assegurem a lisura e igualdade de participação das Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.

PORTARIA N.º 050 /2009-GAB/SR/PB, de 06/07/2009

Institui Comissão de Seleção para ingresso no Grupo de Pronto Intervenção da SR/DPF/PB (GPI/PB). O processo seletivo para ingressar no GPI/PB é composto de teste físico, psicológico, médico, perícia em tiro e de entrevista, cujos critérios serão definidos por esta comissão, sendo a voluntariedade o primeiro deles, bem como consulta à corregedoria e à unidade de inteligência. Após selecionado, o candidato deverá obrigatoriamente ser aprovado em



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

curso de formação a ser ministrado pelo Comando de Operações Táticas (COT), dentro do prazo máximo de 2 (dois) anos, contados do início do processo seletivo, devendo assumir o compromisso de permanecer dentro do GPI/PB por no mínimo 3 (três) anos. O Grupo de Pronto Intervenção será diretamente subordinado Superintendente Regional, devendo ser o grupo tático perante o gabinete de gestão de crises, sempre que necessária a sua formação, e atuando em missões, cuja periculosidade e/ou circunstâncias requeiram o emprego de armas e táticas mais especializadas, saindo da rotina de atuação policial federal, sempre ressalvando-se as competências do Comando de Operações Táticas.

PORTARIA N.º 052/2009 – GAB/SR/DPF/PB, de 06/07/2009

Cria a **Comissão de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos** desta **SR/DPF/PB**, para os fins das atividades fiscalizatórias de nossa atribuição, consoante art. 3º da Lei nº 10.357/01.

PORTARIA N.º 060/2009-SR/DPF/PB, de 31/08/2009

CRIAR, no âmbito da DRCOR/SR/DPF/PB, o Grupo de Repressão a Crimes Financeiros – GRFIN/DRCOR/SR/DPF/PB, até a criação efetiva da DELEFIN/SR/DPF/PB. **ESTABELECE** como atribuições do GRFIN/DRCOR/SR/DPF/PB aquelas elencadas no caput e incisos do artigo 223 da Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005.

PORTARIA N.º 074 /2009-GAB/SR/PB, de 13/11/2009

INSTITUIR Comissão Especial com a finalidade de avaliar, classificar e desencadear demais procedimentos objetivando definir qual material que pode ser considerado ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável, apresentando alternativas para a destinação, quer seja transferência, cessão, alienação, descarga patrimonial, inutilização ou abandono, e as respectivas instituições aptas a recebimento. Na atividade desenvolvida, poderá a Comissão se valer de profissionais ou setores especializados na definição de equipamentos, especialmente o SETEC e NTI, via GAB/SR, implementando ações para efetiva identificação do bem e o valor de aquisição.

14.3 – Diretrizes da SR/DPF/PB

No ano de 2009, foram listadas pela Direção Geral, 39 (trinta e nove) diretrizes para cumprimento pelas Superintendências, tendo esta Regional cumprido 31 (trinta e uma) totalmente e 03 (três) parcialmente. Podemos elencá-las da seguinte forma:

1. Atendidas:

- Priorização de prisões preventivas;
- Atenção à qualidade da prova;
- Cumprimento da Instrução Normativa n.º 13/2008-DG/DPF - Divisão de Comunicação Social;
- Atendimento aos recrutamentos no prazo estabelecido e com o perfil solicitado (8% do efetivo de cada cargo);
- Permanência dos policiais capacitados na atividade de controle e fiscalização de segurança privada (DELESP);
- Otimização/racionalização dos equipamentos do novo passaporte;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2009

- Prazo máximo de 10 dias para agendamento do passaporte e existência de alternativa para os casos de urgência devidamente fundamentados (que não se confundem com o passaporte de emergência);
- Manutenção dos servidores treinados para segurança de dignitários, nos NSDs ou DELINSTs;
- Prestação de informações, em tempo real, acerca de invasões de prédios públicos, fazendas e outros imóveis, por movimentos sociais e indígenas;
- Interface com os órgãos de segurança do estado, para solução de conflitos sociais;
- Manter escala especial de férias nos períodos pré e pós eleitoral, para atendimento das ocorrências eleitorais, visando a redução de demandas por IPLs (trabalho preventivo);
- Descentralização efetiva das operações policiais, priorizando sempre que possível meios e recursos humanos próprios;
- Cadastramento das operações no CINTEPOL e/ou repasse de informações ao órgão central responsável pela área objeto do trabalho;
- Conhecimento das operações em andamento dentro do Estado pela Delegacia Especializada da SR e repasse das informações em nível regional (gestão compartilhada);
- Especialização e/ou concentração dos IPLs por área investigada (ex: moeda falsa, CEF, desvio de recursos públicos, etc);
- Cumprimento do manual de gestão de operações policiais;
- Supervisionar investigações a cargo dos subordinados;
- Prospectar oportunidades de atuações integradas com a Receita Federal e de cooperação com outros órgãos públicos;
- Informar à CGPCI e à Diretoria da área, por e-mail, cooperação recebida de órgãos estrangeiros e a esses prestada;
- Informar DPAT sobre investigações envolvendo PCC e outras facções criminosas;
- Criação de GRFIN's (Grupo de Repressão a Crimes Financeiros) no âmbito de todas as SR's;
- Inclusão das Operações Policiais no CINTEPOL;
- Instalação do SISCART;
- Celeridade nos Inquéritos Policiais e cumprimento de Cartas Precatórias
- Apoio à implementação das UTEC's;
- Destinação da força de trabalho pericial com prioridade para a elaboração de laudos;
- Qualidade do gasto em energia elétrica: mudanças contratuais;
- Material permanente: listas à Comissão Central de Saneamento de Bens
- Retirada do material remanescente do PAN;
- Realização de convênios para instalação de bases do TETRAPOL;
- Cumprimento de prazo para prestação de contas de Suprimento de Fundos.

2. Atendidas parcialmente:

- Criação do Grupo de Pronto Intervenção (GPI), embora seja faculdade e não obrigação;
- Realizar investigação de lavagem de ativos concomitantemente à do crime antecedente;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

- Coleta Seletiva – Mensagem-Circular N.º 28/2007-DLOG/DPF.

3. Não se aplica a esta Regional:

- Terceirização do controle migratório;
- Destinação de viaturas específicas para a atividade de segurança de dignitários nas SRs RJ, DF e SP (veículos novos distribuídos recentemente);
- Criação de Comissões Descentralizadas de Avaliação de Documentos.

4. Não atendidas:

- Terceirização da expedição de passaportes;
- Criação de Grupo de Engenharia, conforme IN 05/2009-DG/DPF. Esta diretriz não foi atendida em virtude de falta de servidores.

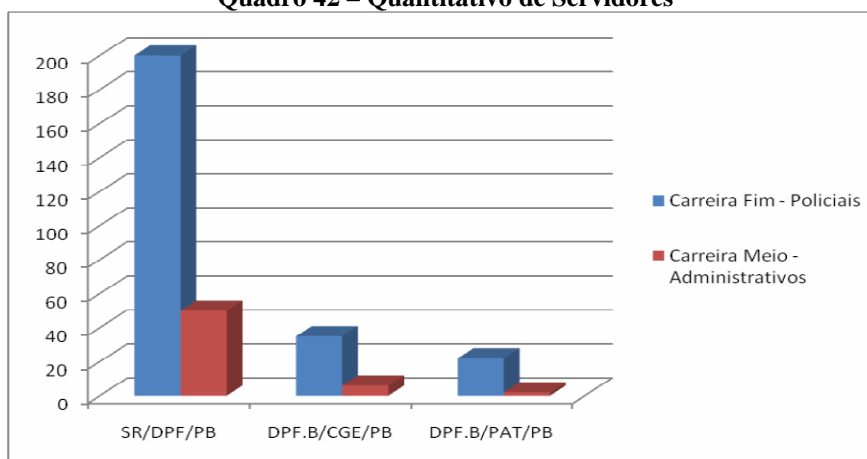
14.4 – Deficiência de pessoal

Existe deficiência de pessoal tanto de policiais quanto de administrativos nas Unidades do interior do estado, nos municípios de Campina Grande e de Patos. O que gera desempenhos regionais inferiores quanto há alguns cumprimentos de metas e diretrizes estabelecidas pela Direção Geral. Gerando dispêndio de recursos com pagamento de diárias para os servidores cumprirem missões nas referidas unidades.

Abaixo quadro que ilustra a lotação atual dos servidores desta Superintendência:

CARGO	SR/DPF/PB	DPF.B/CGE/PB	DPF.B/PAT/PB
Carreira Fim - Policiais	200	35	22
Carreira Meio - Administrativos	50	6	2

Quadro 42 – Quantitativo de Servidores






15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 43 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL- PB	200396 - 200397
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável:  GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

DATA: 12/03/10

HORA: 09:12:35

USUARIO: WALKIRIA

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.
2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU Nº 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.
3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.
4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CONTADOR RESPONSÁVEL
CRC Nº DF-12534/O-8